



A Comunicação Pública nos Estudos em Comunicação no Brasil: o que lemos, quem citamos e como construímos a rede que referenciamos

*Public Communication in Communication Studies in Brazil: what we read,
who we cite and how we constructed the citation network*

Massuchin, Michele Goulart

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

michelemassuchin@ufpr.br

de Quadros, Claudia Irene

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

claudia.quadros@ufpr.br

Comel, Naiza

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

naaizacomel@gmail.com

Ioscote, Fabia Cristiane

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ioscote.fabia@ufpr.br

Kohls, Chirlei

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

chirleidiana@gmail.com

Forma de citar este artículo:

Massuchin, M. G., de Quadros, C. I., Comel, N., Ioscote, F. C., & Kohls, C. (2025). A Comunicação Pública nos Estudos em Comunicação no Brasil: o que lemos, quem citamos e como construímos a rede que referenciamos. *RAE-IC, Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 12(23), raeic122316.

<https://doi.org/10.24137/raeic.12.23.16>

Resumo:

Este artigo discute como se estruturam os estudos sobre Comunicação Pública no âmbito da Comunicação no cenário brasileiro. Para tanto, tem-se como objeto as referências utilizadas em pesquisas sobre o tema que tiveram seus resultados publicados em periódicos do país nos últimos 10 anos (2013-2022). O desenho empírico considerou uma seleção da produção sobre Comunicação Pública em sete revistas (E-Compós, Intercom, Organicom, Reciis, E-Legis, Compolítica e Matrizes), o que resultou em 50 artigos no período selecionado. Destes, foram extraídas 1.310 referências, as quais foram analisadas a partir das técnicas de Análise de Redes e de Conteúdo. Trabalha-se com (a) as redes de citações engendradas, tanto de obras quanto de autores e autoras; (b) os destaques em relação às obras e autores/autoras mais acionados (as); (c) a distribuição temporal das referências utilizadas; (d) origem e tipo de materiais citados que predominam. Os resultados indicam um espraiamento das citações, com poucas obras centrais, o que é um desafio para a consolidação do campo. Nota-se, ainda, que os artigos e livros são os tipos predominantes de referência, havendo concentração de trabalhos dos últimos 10 anos e de fontes nacionais.

Palavras chave: Comunicação Pública, Brasil, Estudos em Comunicação, Referências, Produção Científica, Periódicos, Rede de Referências.

Abstract:

This article discusses the theoretical, methodological, and epistemological basis responsible for structuring the field of Public Communication within Communication Studies in Brazil. The object of this analysis is the references used by researchers in Brazilian journals between 2013 and 2022 when they published about this topic. The empirical design considers 50 articles about Public Communication in seven national journals (E-Compós, Intercom, Organicom, Reciis, E-Legis, Compolitica, and Matrizes) and 1.310 references are used in this sample. The article analyzes (a) the citation networks, including the type of citation and authors; (b) the highlights about the type of citation and authors; (c) the temporal distribution of the references; and (d) the origin and type of materials mentioned. The results indicate a spread of citations with few central materials, which is a challenge for the consolidation of the field. It is also noted that articles and books are the main type of reference, with a concentration of materials from the last 10 years, and that national sources are prioritized.

Keywords: Public Communication, Brazil, Communication Studies, References, Scientific Studies, Journals, reference networks.

1. INTRODUÇÃO

Este texto se insere nos estudos que buscam compreender como determinadas áreas e subáreas são construídas enquanto campo do conhecimento. O objetivo é discutir, especificamente, as características relacionadas ao modo como as pesquisas em Comunicação Pública se estruturam no cenário brasileiro. Em amplo desenvolvimento principalmente no período pós-redemocratização, tal subárea da Comunicação reúne estudos a partir desta perspectiva conceitual. No entanto, pesquisas recentes indicam distintas ênfases, objetos, perspectivas analíticas e abordagens dos fenômenos (Massuchin et al., 2023). Da mesma forma, uma pluralidade conceitual toma conta do termo Comunicação Pública (Rothberg, 2020) que, de certa forma, também se coloca enquanto perspectiva normativa para a qual as instituições se direcionam (Weber, 2017), mas nem sempre alcançam em sua completude (Weber & Locatelli, 2022).

O contexto recente –notadamente marcado pelas redes sociais e pelo uso da internet– fomentou as pesquisas no campo, especialmente empíricas. Por outro lado, há uma ausência de trabalhos teóricos, os quais oferecem tensionamentos, indagações e propõem novas possibilidades analíticas (Massuchin et al., 2023). No Brasil, parte considerável dos esforços se moveu na direção da Comunicação de Estado, uma perspectiva central para entender interesses políticos e a interface com a formação da imagem (Miola & Marques, 2017). Nos últimos anos, interferências durante o governo de Jair Bolsonaro, também são relevantes para trazer o tema à centralidade na área da Comunicação (Sena & Leal, 2021; Fraga & Durazo-Herrmann, 2019; Weber, 2021; Pinheiro, 2021). Outra variável é a pandemia de COVID-19 que fomentou a relação com os estudos na área da saúde (Marx et al., 2023; Pinto et al., 2020; Duarte, 2020) e a perspectiva da Comunicação Pública da Ciência (CPC) (Lemos & Pinheiro, 2023). O Brasil também é um dos países que mais desenvolve ações de CPC em instituições científicas que envolvem o público nas pesquisas. (Entradas et. al, 2020).

Neste sentido, em um cenário no qual os estudos sobre Comunicação Pública têm se destacado, torna-se relevante compreender suas especificidades e características. Desse modo, este artigo foca naquilo que se considera como fundamental para definir uma área de estudos: a rede de referências que dá suporte ao desenvolvimento do trabalho e influencia a pesquisa (Ding et al., 2013). Os materiais que subsidiam a pesquisa servem como *proxi* para a compreensão de uma área, na medida em que fornecem argumentos, são usados para definir conceitos, explorar abordagens metodológicas e relacionar com os resultados, ou seja, impactam em como aquela área se organiza (Ding et al., 2013).

Desse modo, o artigo tem como objeto as referências utilizadas em pesquisas sobre o tema que tiveram seus resultados publicados em periódicos nacionais de referência (E-Compós, Intercom, Organicom, Reciiis, E-Legis, Compolítica e Matrizes) nos últimos 10 anos (2013-2022) e permite uma radiografia recente para a proposição de avanços. A partir do recorte das revistas, buscou-se por artigos que no título, resumo e palavras-chaves trouxessem o termo “comunicação pública”, o que totalizou em 50 selecionados.

Deles foram extraídas as 1.310 referências analisadas com base na Análise de Redes (AR) e Análise de Conteúdo (AC). Ainda que nem todas as revistas que tratam dessa temática tenham sido analisadas neste artigo, os resultados encontrados são relevantes e apontam para a necessidade de refletir sobre o estado da arte dos estudos da Comunicação Pública.

2. MARCO TEÓRICO

A Comunicação Pública pode ser considerada uma subárea de estudos dentro das pesquisas em Comunicação que se consolidou ao longo dos últimos 30 anos no Brasil, tendo como marco importante o período pós-ditadura militar e a redemocratização (Matos, 2006). No entanto, falta clareza em relação ao conceito (Weber, 2017), há multiplicidade de abordagens (Miola & Marques, 2017; Rothberg, 2020) e isso se traduz nas próprias pesquisas do campo (Massuchin et al., 2023; Miola & Marques, 2020). Apesar do foco no interesse público que é unânime entre as perspectivas teóricas, se reconhece as nuances entre a Comunicação Pública e Política, já pontuadas por Weber e Locatelli (2022). A própria normatividade do conceito também faz com que instituições orbitem-no, produzindo a comunicação pública ora mais próxima, ora mais distante da perspectiva do interesse público.

No cenário brasileiro da pesquisa em Comunicação, é importante salientar a centralidade que a Comunicação Pública tem recebido nos últimos anos. Eventos como o da Associação de Pesquisadores em Comunicação Política (Compólitica) e da Associação de pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp) fomentam o debate sobre o tema (Massuchin et al., 2023). A própria formação da Associação Brasileira de Comunicação Pública demonstra a emergência do tema. Não menos importante são as iniciativas como o Observatório de Comunicação Pública (OBPCOM). Também podem ser adicionados aqui grupos de pesquisa que têm se interessado pelo tema, principalmente, em universidades como Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Desse modo, torna-se fundamental compreender como essa subárea se estrutura e como tem produzido conhecimento.

Considera-se, então, os artigos como ponto de partida, pois são mediadores científicos da comunidade acadêmica (Codato et al., 2021). Eles mobilizam o debate entre cientistas como parte do processo de produção e legitimação do conhecimento científico (Bueno, 2010) e assumem papel central na produção do conhecimento, sendo a publicação em periódicos considerada “padrão-ouro” na academia (Demeter et al., 2022). Para a maioria das instituições de pesquisa, rankings internacionais e agências de financiamento, a publicação em revistas importantes significa qualidade da pesquisa e impacto futuro (Demeter et al., 2022).

Essa produção que se materializa, de forma central, em artigos científicos recebe influência de autores(as) e materiais usados como base em sua construção que, quando analisados, permitem obter uma imagem do campo científico em análise (Zupic & Cater, 2015). Essas redes de influências podem ser regionais, nacionais e internacionais e podem ser medidas, dentre outras formas, por meio das citações, seja pela quantidade quanto pela proximidade entre elas (Zupic & Cater, 2015). Ainda que as citações sejam vantajosas individualmente para quem é citado, mais do que isso, demonstram o poder e a influência que tais atores possuem no campo. Assim, são as referências o objeto de análise deste artigo, especialmente sua origem, seu tipo e o modo como ganham proeminência e se relacionam com outros agentes de influência.

Com a crescente internacionalização da pesquisa, o impacto também é medido por citações (Demeter et al., 2022), apesar de haver sistemas de classificação nacionais, como o Qualis Capes, no Brasil. Essas, muitas vezes, apresentam-se geograficamente desiguais com uma tendência do uso de artigos ou livros de autores e autoras de instituições de prestígio, além de associar periódicos de alta qualidade a países específicos (Paasi, 2005). Um leque de trabalhos tem se voltado para entender justamente essa direção das influências na Comunicação, ainda que elas possam ocorrer internamente ou, até mesmo, associadas a determinadas instituições (Tavares et al., 2021; Aldé et al., 2013). É o caso, por exemplo, dos estudos que analisam o modo como

pesquisas nacionais são influenciadas por correntes e conceitos advindos de contextos do Norte global. Para dismantelar a teorização em terrenos desiguais, “teorizar a partir do Sul Global é um trabalho de resistência que revigora e reimagina a política anticolonial de mudança social” (Dutta & Pal, 2020, p. 5). Tem-se, portanto, um sistema global de circulação do conhecimento científico afetado pela dinâmica centro-periferia (Demeter, 2019a; Paasi, 2005) —o que pode (ou não!) se manifestar na subárea estudada neste artigo— com redes que têm os Estados Unidos conector de todas as regiões do mundo em diferentes medidas, e redes regionais do Sul Global, que podem ser centralizadas ou descentralizadas (Demeter, 2019a). A título de exemplo, de acordo com o relatório elaborado pelo Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (2023), as principais parcerias de pesquisadores(as) brasileiros(as) registradas nos artigos da Web of Science são com os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Portugal.

As pesquisas indicam que entre os desafios para a desocidentalização estão a necessidade da publicação em inglês para circular em revistas de prestígio internacional sendo o idioma um obstáculo (Ganter & Ortega, 2019; Oliveira et al., 2021), as lógicas impostas pelos rankings internacionais (Albuquerque et al., 2020; Amsler & Bolsmann, 2012), os conselhos editoriais de periódicos prestigiados compostos majoritariamente por membros dos Estados Unidos e Europa (Albuquerque et al., 2020; Ganter & Ortega, 2019) e o capitalismo acadêmico (Albuquerque et al., 2020; Oliveira et al., 2021). Waisbord e Mellado (2014), neste sentido, sugerem concretizar a ideia de desocidentalização a partir de quatro dimensões: o objeto de estudo, com questões pouco estudadas ou ausentes no Ocidente; o corpo de evidências, considerando casos não ocidentais; quadros analíticos, destacando perspectivas teóricas originais do Sul global; e culturas acadêmicas, relacionada à rede de crenças em torno da prática do ensino e da pesquisa.

3. METODOLOGIA

Para analisar as referências utilizadas nos artigos e suas características, foram considerados aqueles publicados entre 2013 e 2022 em sete periódicos nacionais:

Intercom, E-Compós, Organicom, Compolítica, Reciiis, E-Legis e Matrizes. O quadro seguinte detalha as escolhas quanto às revistas.

Quadro 1. Descrição dos periódicos selecionados

Revista	Ano de criação	Editora	Cidade/Região	Link
Intercom	1978	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação	São Paulo (Sudeste)	https://portalintercom.org.br/publicacoes/revista-intercom/revista-intercom-apresentacao
E-Compós	2004	Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação	Brasília (Centro-Oeste)	https://www.e-compos.org.br/
Organicom	2004	USP	São Paulo (Sudeste)	https://www.revistas.usp.br/organicom
Reciis	2007	Icict e Fiocruz	Rio de Janeiro (Sudeste)	https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis
Matrizes	2007	USP	São Paulo (Sudeste)	https://www.revistas.usp.br/matrizes
E-Legis	2008	PPG da Câmara dos Deputados	Brasília (Sudeste)	https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis
Compolítica	2011	Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política	Rio de Janeiro (Sudeste)	http://compolitica.org/revista/index.php/revista

Fonte: autoras (2023)

Ainda que outras revistas nacionais da área não integrem esta investigação – e certamente apresentem produções acerca da comunicação pública – entende-se que esta seleção representa um importante segmento da produção brasileira da década. É preciso destacar, entretanto, que o escopo desta pesquisa acaba mais restrito à região

Sudeste, com equipes editoriais também concentradas nesta região. Além disso, estes periódicos podem ter políticas restritas de publicação devido à quantidade de submissões que recebem, estabelecendo, entre outros, a exigência do título de doutor(a), por exemplo. Ou seja, se reconhece que o sistema de publicações também é marcado por lógicas inerentes ao contexto nacional que podem reproduzir desigualdades. E, dada a baixa presença de revistas brasileiras nas bases de dados como Scielo e Scopus, além da ausência em rankings internacionais como Scimago e Journal Citation Reports (JCR), esses recortes não foram considerados neste artigo.

Ademais, a escolha de analisar as redes de autoria e as características dos materiais referenciados, tendo como foco artigos publicados em periódicos, leva em conta que estes são considerados espaços de excelência para circulação do conhecimento científico (Demeter, 2019a; Schatto-Eckrodt, Quandt, 2023). Assim, em uma primeira fase os artigos foram coletados pelas autoras do trabalho nos sites das revistas, o que se deu de duas formas: 1) pelo termo “comunicação pública” no buscador; 2) pela leitura de todos os títulos, resumos e palavras-chave. Procurou-se, assim, identificar trabalhos nos quais há uma centralidade no tema já especificada nestes tópicos de destaque (Caramelli, 2011).

Ao final, chegou-se a uma amostra de 50 artigos que traziam para o centro da discussão a Comunicação Pública e todas as referências bibliográficas foram extraídas de forma manual a partir dos artigos em PDF com apoio do software Tabula. As informações passaram por conferências para verificar possíveis duplicidades e problemas na construção do banco. Por fim, o *corpus* é formado por 1.310 materiais.

O exame dos dados se deu, primeiramente, por meio da Análise de Conteúdo (Sampaio, Lycarião, 2018; Sampaio et al., 2022) a partir de duas variáveis, descritas no quadro a seguir. O Livro de Códigos, estabelecido *a priori*, passou por teste de confiabilidade por meio do alfa de Krippendorff. Foram 132 referências (10% do corpus) classificadas por quatro pesquisadoras com experiência prévia neste tipo de análise. Os resultados foram

de 0,88 para Origem e 0,82 para Tipo, valores considerados suficientemente confiáveis (Sampaio, Lycarião, 2018)¹.

Quadro 2. Variáveis e categorias de análise

Variável	Categorias
A) Origem	1- Obra nacional 2 - Obra internacional 3 - Obra internacional traduzida em português
B) Tipo	1 – Artigo 2 – Capítulo de livro 3 – Livro 4 – Anais de evento 5 – Teses, dissertações e monografias 6 – Órgão governamental/de Estado (leis, resoluções, normativas, informações de sites dos governos) 7 – Notícias 8 – Outros/não identificado

Fonte: autoras (2023)

Para a elaboração das redes de autorias, referências citadas e demonstração gráfica, foram utilizados os softwares Excel para estatísticas simples e o Gephi com os algoritmos OpenOrd, Force Atlas e Force Atlas 2. Esses referidos algoritmos permitem posicionar e visualizar as conexões existentes entre autores(as) e referências e a distribuição da rede. Também foi utilizado o WordSift para geração de nuvem de palavras mais frequentes a partir dos títulos das 1.310 obras referenciadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados iniciais mostram que as referências mais citadas se centram no contexto brasileiro, havendo baixa influência direta do cenário internacional. A primeira delas é o livro “Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público”, organizado por Jorge Duarte². Como demonstra o Quadro 3, ele foi referenciado 11 vezes dentro da amostra de 50 artigos (22% dos trabalhos, portanto, citam a obra de forma integral). Ademais, quatro capítulos deste livro também estão entre as referências mais recorrentes: “Conceito de Comunicação Pública”, de Elizabeth

¹ Destaca-se que essas eram as únicas duas variáveis em que a coleta foi feita a partir da observação sistematizada das codificadoras.

² Originalmente publicado em 2007, teve mais duas edições (2009 e 2012).

Brandão; “Comunicação pública, esfera pública e capital social”, assinado por Heloiza Matos; “A singularidade da Comunicação Pública”, de Graça França Monteiro; e “Instrumentos da Comunicação Pública”, elaborado por Jorge Duarte. Dois capítulos do livro “Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania” (2011), organizado por Margarida Krohling Kunsch, também estão entre as obras mais citadas: “Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública”, de Jorge Duarte e “A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento”, de Heloiza Matos.

Quadro 3. Obras mais citadas nas referências dos artigos

Título da obra	Autor(a)	Ano	Tipo	Origem	Quantidade
Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público	Duarte, J	2007 2009 2012	Livro	Nacional	11
Conceito de comunicação pública	Brandão, E	2009	Capítulo	Nacional	10
Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública	Duarte, J	2011	Capítulo	Nacional	9
A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento	Matos, H	2011	Capítulo	Nacional	8
Análise de Conteúdo	Bardin, L	1977 1995 2010 2011	Livro	Internacional Traduzida	6
Comunicação pública, esfera pública e capital social	Matos, H	2009	Capítulo	Nacional	6
Direito e democracia: entre facticidade e validade. v. II	Habermas, J	1997 2003	Livro	Internacional Traduzida	6
A singularidade da comunicação pública	Monteiro, G	2009	Capítulo	Nacional	5
Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas	Kunsch, M	2013	Capítulo	Nacional	5
Instrumentos da comunicação pública	Duarte, J	2007 2009 2012	Capítulo	Nacional	5
Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade	Weber, M	2017	Capítulo	Nacional	5
O Estado de narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular	Bucci, E	2015	Livro	Nacional	5
Por uma definição de comunicação pública: tipologias e experiências brasileiras	Miola, E; Marques, J	2017	Anais	Nacional	5

Fonte: autoras (2023)

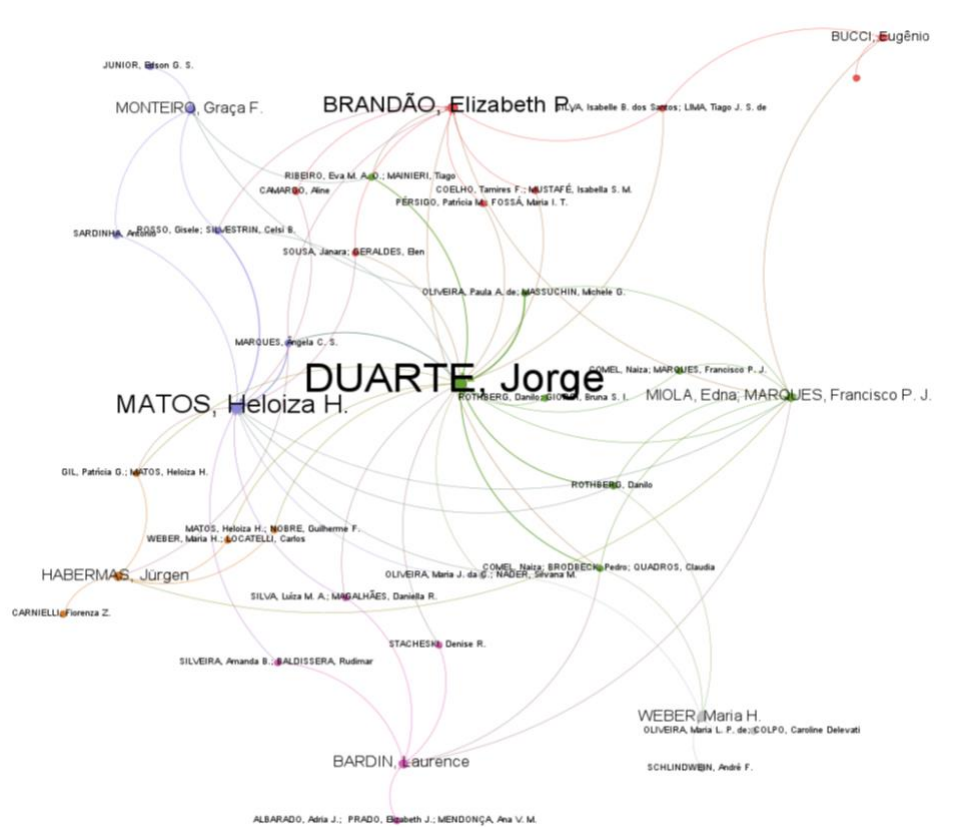
Os dados destacam ainda a ênfase em livros e capítulos. No Quadro 2, a única exceção é o paper “Por uma definição de comunicação pública: tipologias e experiências brasileiras”, de autoria de Edna Miola e Francisco Paulo Jamil Marques. O manuscrito foi apresentado em 2017 no Congresso Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica) e busca redefinir conceitos por uma teoria mais consistente. Outro destaque é para as referências associadas aos debates teóricos. Infere-se que as obras são resgatadas na tentativa de desenvolver o conceito de comunicação pública ou apenas replicá-lo.

Uma última observação é a presença de duas referências não diretamente ligadas às discussões sobre Comunicação Pública entre as mais citadas, sendo ambas internacionais, ainda que com traduções para o português. “Análise de Conteúdo”, da pesquisadora Laurence Bardin é uma delas, sendo que pesquisas recentes discutem o uso deste manual no país (Sampaio et al., 2022; Cardoso & Monteiro, 2022). A outra é “Direito e democracia: entre facticidade e validade”, de Jürgen Habermas (1997,2003), que dialoga com a comunicação pública ao refletir sobre as práticas comunicativas que sustentam a deliberação, a esfera pública e a cooperação democrática (Marques & Hernández, 2023). Esta discussão também aparece em duas outras obras consideradas de referência presentes no quadro: Weber (2017) e Miola e Marques (2017).

O Gráfico 1 exibe a rede das obras mais citadas - aquelas presentes no quadro anterior³ -, evidenciando a expressividade de cada autor em relação à quantidade de obras citadas. Dessa forma, a centralidade em Jorge Duarte reforça a importância de suas obras nas pesquisas brasileiras. A rede também indica sua ampla circulação, diferentemente de outros que permanecem nas laterais e não ao centro.

³ O grafo foi gerado a partir das obras referenciadas, mas a exibição é por autor e autora. Jorge Duarte, por exemplo, representa o conjunto de obras dele dentro do recorte que está representado no Quadro 2.

Gráfico 1. Rede de obras mais citadas nos artigos



Fonte: autoras (2023)

A nuvem de palavras (Figura 1) produzida a partir dos títulos das obras referenciadas oferece novas informações. O destaque está nos conceitos-chave (comunicação, pública) e ao cenário explorado pelas pesquisas (Brasil), que mostra, ainda, um olhar interno da subárea. Percebe-se relevância dos estudos em redes sociais digitais e dos estudos de TVs públicas, assim como das pesquisas que tratam da relação da Comunicação Pública com a democracia. A confluência com a política aparece como bastante relevante nos títulos, indicando a intersecção levantada por alguns trabalhos (como de Weber, por exemplo). O avanço das pesquisas que relacionam temas de saúde com a Comunicação Pública também pode ser identificado na nuvem.

Tabela 1. Autores(as) únicos mais referenciados nos artigos

Autor e/ou Coautor	Frequência
MATOS, H	42
DUARTE, J	28
MARQUES, F	25
BRASIL	24
GOMES, W	20
HABERMAS, J	20
MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR)	18
WEBER, M	17
BERNARDES, C	16
MIOLA, E	15
BARROS, A	14
BRAGA, S	14
BRANDÃO, E	13
MAIA, R	13
BUCCI, E	12
KUNSCH, M	12
LESTON-BANDEIRA, C	12
MARQUES, A	10
Até 10 vezes referenciado(a)	323 (17%)
Total de autores(as)/coautores(as) únicos(as)	1101
Total de referências	1869

Fonte: autoras (2023)

O segundo autor mais referenciado é Jorge Duarte⁶. Diferentemente de Matos, Duarte tem suas referências concentradas em seis obras. O livro “Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público” tem 11 citações, como já visto. Um dos capítulos desta obra, de sua autoria, tem cinco citações (“Instrumentos da comunicação pública”). Outro destaque é o capítulo “Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública”, indicado em nove dos 50 artigos analisados.

Francisco Paulo Jamil Marques⁷, por sua vez, apresenta uma mudança no topo do quadro dos principais autores(as) ao ter artigos como as principais referências ligadas a seu nome - diferente de capítulos e livros que vinham sendo predominantes até então. Outro ponto que pode ser destacado é sua citação a partir de publicações internacionais,

⁶ Desde 1996, faz parte do quadro docente do Centro Universitário de Brasília, onde ministra atualmente a disciplina de assessoria de imprensa e mídia training para a pós-graduação *lato sensu*. Entre 2004 e 2012, atuou na Secretaria de Comunicação Especial (SECOM) da Presidência da República. Ver: <http://lattes.cnpq.br/8185622727042840>. Acesso em: 26 dez. 2023.

⁷ O pesquisador, que hoje é professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Ver: <http://lattes.cnpq.br/5523350812734008>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ainda que em menor proporção do que as em português. O pesquisador teve 14 obras referenciadas em um total de 25 registros.

O uso de referências de leis e normas de governos demonstra a força dos debates sobre Comunicação de Estado/governamental dentro da temática da Comunicação Pública. Esta concentração também pode ser verificada em Massuchin et al. (2023). Destaca-se, ainda, a presença do Ministério da Saúde como uma das principais referências (com 18 registros).

Voltando à sequência da tabela por maior referenciação, temos um autor nacional, Wilson Gomes⁸, e um internacional, Jürgen Habermas⁹, ambos com 20 registros. Estes não têm estudos específicos de Comunicação Pública, mas são responsáveis por obras que estão na intersecção de esfera pública, comunicação e participação. Na produção de Gomes, pode-se ressaltar, por exemplo, a importância da atualização destes debates, propondo visões sobre internet e participação política, assim como democracia e transparência (veja o detalhamento das obras e número de citações no Apêndice). O pesquisador também já foi representante da área da Comunicação na Capes e orientou dissertações e teses que aparecem na base de dados.

O destaque à literatura nacional, já indicada pelas obras mais recorrentes, é ainda mais claro quando verificados os autores e autoras mais citados(as). É importante destacar que o artigo não lança um olhar detalhado sobre como os autores dos artigos analisados combinam as referências que citam (se a apropriação é por concordância, com tensionamento em relação à outra perspectiva teórica etc.), o que pode resultar em novas perspectivas sem necessariamente acionar novas referências (nacionais ou internacionais). Além de Habermas, apenas a pesquisadora Cristina Leston-Bandeira¹⁰ (12 registros), radicada no Reino Unido, é internacional. Leston-Bandeira é reconhecida por suas pesquisas de comunicação em parlamentos - tema que inclusive se destaca nas obras de outros pesquisadores entre os mais citados: Cristiane Brum Bernardes¹¹ (com

⁸ Ver: <http://lattes.cnpq.br/6484546543106743>. Acesso em: 26 dez. 2023.

⁹ Ver: <https://revistacult.uol.com.br/home/um-pensador-da-razao-publica/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

¹⁰ Ver: <https://essl.leeds.ac.uk/politics/staff/88/professor-cristina-leston-bandeira>. Acesso em: 26 dez. 2023.

¹¹ Ver: <http://lattes.cnpq.br/6551236530955522>. Acesso em: 26 dez. 2023.

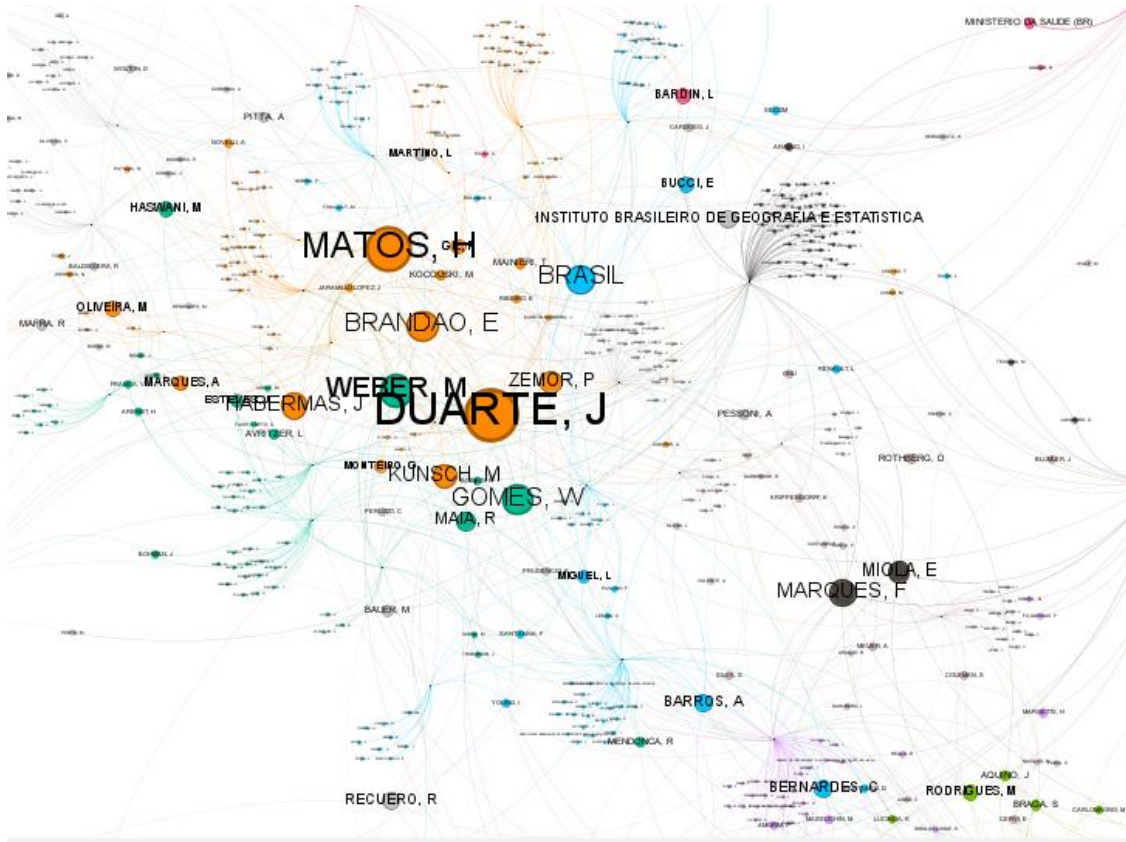
16 registros) e Antônio Teixeira de Barros¹² (14), o que reitera a convergência com a Comunicação Política e com a esfera representativa.

A rede de autores e autoras com mais citações nos artigos (Gráfico 2) é representada com base nas 1.310 referências. Aqui, para compreender as características das redes de autoria, foi utilizada a função de modularidade (Newman; Girvan, 2004). Essa função permite medir o quão bem a rede de autores(as) está organizada em comunidades ou grupos e com comportamento semelhante. Essa organização se dá por meio de partição em cores que auxilia na identificação da aproximação entre os elementos em diferentes comunidades. Como demonstra o Gráfico 2, foram identificadas oito comunidades, dentre as quais a mais influente é marcada pela cor alaranjada onde estão pesquisadores e pesquisadoras como Jorge Duarte, Heloísa Matos e Elizabeth Brandão, que se destacam entre os mais citados. Além desta, outra comunidade relevante é formada a partir da cor verde escuro, com autores(as) como Maria Helena Weber, Wilson Gomes e Rousiley Maia, que dialogam pela interface comum da Comunicação & Política.

Os resultados demonstram atualização das referências utilizadas. 43,2% das referências se encontram no mesmo marco temporal do exame aqui empreendido (2013-2022). Esse dado, por outro lado, pode ser comparado às datas de publicação das principais obras (Quadro 2), em que apenas duas são dessa última década. No geral, as obras mais citadas tendem a ser da década anterior, o que pode ser reflexo da menor presença de esforços mais contundentes sobre o tema em anos recentes, especialmente de cunho teórico, o que leva ao retorno a obras mais antigas.

¹² Ver: <http://lattes.cnpq.br/9954464327884265>. Acesso em: 26 dez. 2023.

Gráfico 2. Rede de autores e autoras com mais citações nos artigos¹³



Fonte: autoras (2023)

Tabela 2. Período de Publicação dos materiais citados nos artigos

Período	N	%
Até 1992	48	3,7
1993-2002	133	10,2
2003-2012	563	43,0
2013-2022	566	43,2

Fonte: autoras (2023)

Quanto ao tipo de material referenciado, os artigos somam 436, o que representa 33,3% (Tabela 3). As fontes derivadas de livros (em sua totalidade ou capítulos), somam 530 referências (mais de 40%). Ainda que a literatura internacional destaque os artigos como

¹³ O grafo completo pode ser acessado no Apêndice.

centrais na circulação do conhecimento científico (Demeter, 2019a; Schatto-Eckrodt & Quandt, 2023), os autores Martino e Marques (2019) indicam que, para a área de Comunicação no Brasil, os livros parecem ser dotados de maior tradição. Isso ocorre, de acordo com a avaliação dos autores, pelas possibilidades de reflexões de maior fôlego, não possíveis em um artigo. Há também diferenças regionais marcantes: uma tendência do uso de referências de livros pelos pesquisadores latino-americanos em seus trabalhos; já norte-americanos e europeus costumam referenciar artigos (Martino & Marques, 2019).

Além disso, como consta no relatório da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2021), sempre houve uma grande quantidade da produção científica do país em livros. Só no último quadriênio (2017-2020) que a quantidade de artigos alcançou uma diferença maior do que em avaliações anteriores, com 12.500 artigos e 9.930 livros. Tal fato pode estar atrelado às ações da Capes para valorizar a publicação em periódicos científicos.

Tabela 3. Tipo de material referenciado nos artigos

Tipo de material	N	%
Artigos	436	33,3%
Livros	306	23,4%
Capítulos	224	17,1%
Outros	104	7,9%
Órgãos Governamentais	70	5,3%
Anais de evento	63	4,8%
Notícias	56	4,3%
Teses e dissertações	51	3,9%
Total geral	1310	100,00%

Fonte: autoras (2023)

A categorização aqui empreendida identificou uma parcela das referências como “Outros”, composta, por exemplo, de relatórios dos mais diversos setores, assim como de referências que não puderam ser verificadas (casos de links já expirados). Chama a atenção, também, o resultado de produções em anais de eventos, com baixa incidência geral – menor, inclusive, do que de fontes governamentais. Nesse ponto, vale refletir sobre a possibilidade de que pesquisas relevantes da área apresentadas nestes

encontros acabam por ter baixa circulação. Infere-se que um dos fatores que influenciam este movimento são as próprias políticas de alguns periódicos, que buscam evitar o autoplágio. A título de ilustração, a Reciis não aceita textos completos publicados anteriormente em anais de evento ou em capítulo de livro. A E-Compós, em outro exemplo, limita a similaridade com outros textos públicos em 50%.

Verificou-se ainda citações a teses, dissertações e monografias, sendo em sua maioria concentradas em poucas instituições do país, como a UFBA (11), UFPR (8), UFMG (5), UnB (5) e USP (4) e UFRGS (4). Fort et al. (2023) apontam o crescimento de pesquisas em comunicação pública sobretudo no sul do país (UFPR e UFRGS), o que pode ser confirmado neste estudo em tela.

No que diz respeito à origem do material referenciado nos artigos, mais de 60% são produções científicas nacionais (Tabela 4). Se, por um lado, isso representa um diálogo relevante com pares do país, por outro pode indicar um isolamento com relação ao debate internacional. Isso não significa que não haja parcerias com pesquisadores de outros países, mas elas são mais difíceis de serem constatadas, como participação em projetos, eventos e demais estratégias que têm feito parte das políticas recentes na área de Ciência e Tecnologia no Brasil (Albuquerque et al, 2023). Nessa perspectiva, o idioma se impõe como um desafio - identificado tanto para os autores brasileiros (Martino & Marques, 2019), quanto para pesquisadores e pesquisadoras sediados(as) em outros países do Sul Global (Comel et al., 2023; Ganter & Ortega, 2019). Isso é reforçado pela presença, em nossa amostra, não apenas da utilização de produções traduzidas, mas também de obras publicadas em Portugal entre as categorizadas como internacionais. Outra barreira está relacionada ao próprio acesso a publicações de outros países, visto que revistas internacionais de grande impacto integram um oligopólio editorial científico, formado por seis grandes organizações com caráter empresarial (Oliveira et al., 2020) – ou seja, com cobranças por estes acessos (muitas vezes, exorbitantes do ponto de vista de pesquisadores sediados fora do Norte Global).

Num retrato sobre a produção intelectual brasileira com base no relatório do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação e suas parcerias internacionais em

publicações na Web of Science, Quadros et al. (2023) mostram que Portugal ocupa a quinta posição. As primeiras são ocupadas por Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Espanha. As posições mudam quando se observa a partir dos países citados. O Brasil é o segundo parceiro de pesquisa em Portugal e o décimo na Espanha, por exemplo. Nesse sentido, compreende-se o uso de referências portuguesas. O crescimento do número de pesquisadores(as) brasileiros(as) em formação nas universidades portuguesas pode ser outra explicação para o uso de referências de Portugal. O movimento de valorizar as pesquisas do Sul Global (Sousa Santos et al., 2016) pode mudar esse cenário, sendo que o esforço para a internacionalização em geral da produção do país também tem evidenciado mudanças.

Tabela 4. Origem do material referenciado nos artigos

Origem	N	%
Obra nacional	856	63,8%
Obra internacional	345	27,8%
Obra traduzida	109	8,4%
Total	1310	100,0%

Fonte: autoras (2023)

Por último, uma discussão que tangencia estes achados é inerente à dificuldade de circulação da produção brasileira em espaços internacionais (Demeter, 2019b). Entre as 18 fontes mais importantes de referências da amostra, por exemplo, somente cinco pesquisadores(as) nacionais tiveram uma ou mais publicações internacionais citadas (Francisco Paulo Jamil Marques, Cristiane Brum Bernardes, Edna Miola, Antônio Teixeira de Barros e Rousiley Maia). Neste debate, as assimetrias da produção científica ficam mais evidentes. Enfatiza-se, também nessa perspectiva, mais uma vez a dificuldade com a língua (Oliveira et al., 2020, Ganter & Ortega, 2019), que muitas vezes é reforçada pela limitação de acesso a recursos para tradução pelos pesquisadores brasileiros. Estas assimetrias passam ainda pela configuração dos conselhos editoriais, formados predominantemente por editores e avaliadores do Norte Global (Albuquerque et al. 2020; Ganter & Ortega, 2019; Oliveira et al., 2021). Assim, pesquisas concentradas em contextos e/ou teorias locais, como do Brasil, podem ser ignorados ou ter mais

dificuldade de aprovação – tanto de forma deliberada como por desconhecimento (Comel et al., 2023).

5. CONCLUSÕES

Este trabalho examinou as características da produção sobre Comunicação Pública no Brasil a partir da observação do referencial que move as pesquisas sobre o tema. Mais especificamente, buscou-se investigar as referências utilizadas por artigos científicos inseridos nesta subárea e publicados em 10 anos (2013-2022) em sete revistas nacionais. Ao todo, foram mapeados 50 artigos, nos quais 1.310 referências foram codificadas e observadas a partir das redes de citação e de variáveis quanto a origem e tipo de material selecionado para uso pelos(as) pesquisadores(as).

As descobertas revelam poucas obras de ampla circulação na pesquisa brasileira. A mais utilizada é o livro “Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público”, organizado por Jorge Duarte. Porém, o espriamento das referências é nítido quando verificados o número de autores(as) e co-autores(as) citados(as): são 1.101 nomes únicos. Reforça-se, portanto, a dificuldade de estabelecer bases robustas de diálogo sobre a Comunicação Pública, especialmente em produções recentes, já que aquelas mais referenciadas completam mais de 10 anos em sua maioria (são de 2009 e 2011). Os dados mostram, ainda, estudiosos(as) pioneiras(os) que construíram um importante caminho para a pesquisa em Comunicação Pública, mas pesquisas mais recentes ainda entram em menor quantidade entre as mais citadas.

O levantamento também evidencia a possibilidade de ampliação dos estudos na temática, na medida em que há a publicação de uma média de apenas cinco artigos/ano nas sete revistas. Nesse sentido, infere-se que avanços na área se dariam principalmente com a atualização dos debates teóricos, nos quais estão concentradas as obras de maior referência identificadas. Menciona-se que o Brasil tem se destacado no cenário mundial da Comunicação Pública, como mostra a pesquisa de Entradas et al. (2020), ficando entre os países que lideram ações de Comunicação Pública da Ciência, por exemplo.

Resultados acerca da origem dos materiais, assim como das autorias mais referenciadas, refletem uma preponderância da literatura nacional na mobilização de argumentos sobre a Comunicação Pública brasileira. Neste ponto, a produção em Comunicação Pública se diferencia de outras subáreas e não prioriza referências internacionais, como tem ocorrido com os debates sobre deliberação, gênero e desinformação, por exemplo. Se por um lado prioriza-se o debate nacional, por outro há a ausência de diálogo mais robusto com a literatura internacional, o que dificulta outro eixo, que é a inserção da produção brasileira sobre o tema em publicações no exterior. Considera-se que a agenda de pesquisas da área teria avanços, por exemplo, ao verificar a posição dos conselhos editoriais de periódicos (Goyanes, 2020) no que tange a comunicação pública. Por exemplo, quais são as razões de interesse por determinadas produções? Até que ponto novos debates são estimulados? Quadros et al. (2024), por exemplo, mapeiam a participação de cientistas do Brasil em periódicos internacionais de grande impacto, mas tratam apenas da comunicação pública da ciência.

Em função da concentração de pesquisadores(as) e obras nacionais, são constatadas aproximações entre instituições brasileiras por meio de redes de pesquisa. Compreende-se, por outro lado, a necessidade de uma maior relação com parceiros internacionais na tentativa de avançar nos estudos comparados, apesar de projetos conjuntos e diálogo já existirem com alguns grupos de pesquisa no exterior. De toda forma, se reconhece que a centralidade da comunicação pública no cenário brasileiro é distinta daquela percebida em outros contextos, havendo uma constante necessidade de sua afirmação no contexto democrático (Rothberg, 2024).

Na área da comunicação também há um movimento para o fortalecimento do Sul Global. No entanto, nesta amostra, não foi possível verificar um reflexo de tal movimento na relação com outros países da região. Outro achado importante é relativo ao tipo de material: enquanto há um destaque para artigos na produção de outros países, principalmente do Norte Global, neste tema o Brasil tem referenciado mais livros e capítulos (Martino & Marques, 2019).

Além dos achados, ressalta-se algumas limitações da pesquisa e uma agenda para novos estudos. A primeira é relativa à definição de um recorte não exaustivo de publicações centradas na região Sudeste. Nessa perspectiva, entretanto, consideramos que as sete revistas selecionadas possibilitam uma visão geral da produção no Brasil. Ademais, a inclusão e observação sistemática de um leque maior de revistas pode ser produzido futuramente, assim como com a inclusão de outros tipos de publicações, já que as próprias referências – como demonstrado – se centram em livros e capítulos. Outra limitação trata das referências de forma específica: em alguns momentos, verificou-se erros na estruturação das referências, que foram coletadas na forma exata como foram publicadas. Os erros identificados, porém, não foram considerados estatisticamente relevantes para ter impacto nos achados apresentados. Os aspectos metodológicos também não foram analisados neste artigo, mas é importante destacar que a obra *Análise de Conteúdo*, da francesa Laurence Bardin, aparece entre as obras mais citadas.

Por último, os agrupamentos científicos e tendências da discussão da Comunicação Pública evidenciam um debate centrado em poucas obras, o que serve de estímulo para atualizações e novas abordagens. De forma adicional, torna-se relevante a partir de um olhar mais detalhado, verificar como os autores e autoras são articulados, tensionados e reivindicados a partir de suas contribuições teóricas, pois, a depender de como são mobilizados e articulados, podem também ofertar novas abordagens relevantes ao campo.

6. AGRADECIMIENTOS

As autoras agradecem os pareceristas que avaliaram o artigo submetido à RAE-IC, além dos pesquisadores que contribuíram com o debate no 32º Encontro Anual da COMPÓS ocorrerá de 3 a 7 de julho de 2023, na Universidade de São Paulo (USP), que suscitou a produção deste artigo, focado na rede de referências da área de Comunicação Pública.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, A., Oliveira, T., Jamil Marques, F. P., Miola, E., Mitozo, I., Quesada
Tavares, C. & Araujo, M. (2023). A Internacionalização da Pesquisa Brasileira em

Comunicação: Desafios e Estratégias. *RAE-IC, Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 10(20), raeic102005.

<https://doi.org/10.24137/raeic.10.20.5>

Albuquerque, A., de Oliveira, T., dos Santos Junior, M., & de Albuquerque, S. (2020). Structural limits to the de-westernization of the communication field: The editorial board in Clarivate's JCR system. *Communication, Culture and Critique*, 13(2), 185-203.

<https://doi.org/10.1093/ccc/tcaa015>

Aldé, A., Chagas, V., & Bastos dos Santos, J. G. (2013). Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012): um mapa da pesquisa em comunicação e política. *Compólitica*, 3(2), 7-44. <https://doi.org/10.21878/compolitica.2013.3.2.43>

Amsler, S., & Bolsmann, C. (2012). University ranking as social exclusion. *British journal of Sociology of education*, 33(2), 283-301.

<https://doi.org/10.1080/01425692.2011.649835>

Bueno, W. da C. (2010). Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Revista Informação & Informação*, 15(1), 1-12.

<https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (2021).

Relatório Quadrienal. <https://cutt.ly/6rdb2RRI>

Caramelli, B. (2011). O título – arauto da comunicação científica. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 57(4).

Cardoso, E., & Monteiro, M.C.S. (2022). Análise de Conteúdo: perspectivas teóricas e metodológicas no campo da Comunicação. Em L. Wottrich & N. M. Rosário (Org.), *Experiências metodológicas na comunicação* (pp. 103-122). São Paulo: Pimenta Cultural.

Codato, A., Lorencetti, M., & Bittencourt, M. (2021). Disseram que eu voltei americanizada: a história temática da Revista de Sociologia e Política. *Revista de Sociologia e Política*, 28. <https://doi.org/10.1590/1678-987320287607>

Comel, N., Marques, F. P. J., Costa, L. O. P., Kohls, C., & Orso, M. (2023). Who navigates the “elite” of communication journals? The participation of BRICS universities in top-ranked publications. *Online Media and Global Communication*.
<https://doi.org/10.1515/omgc-2023-0052>

Demeter, M., Pelle, V., Mikulás, G., & Goyanes, M. (2022). Higher Quantity, Higher Quality? Current Publication Trends of the Most Productive Journal Authors on the Field of Communication Studies. *Publishing Research Quarterly*, 1(20).
<https://doi.org/10.1007/s12109-022-09893-2>

Demeter, M. (2019a). So far, yet so close: International career paths of communication scholars from the global south. *International Journal of Communication*, 13, 578–602.
<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/10181>

Demeter, M. (2019b). The winner takes it all: International inequality in communication and media studies today. *Journalism & mass communication quarterly*, 96(1), 37-59. <https://doi.org/10.1177/1077699018792270>

Ding, Y., Liu, X., Guo, C., & Cronin, B. (2013). The distribution of references across texts: some implications for citation analysis. *Journal of Informetrics*, 7(3), 583-592.
<https://doi.org/10.1016/j.joi.2013.03.003>

Duarte, T. R. (2020). Ignoring scientific advice during the Covid-19 pandemic: Bolsonaro’s actions and discourse. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, 3(1), 288-291. <https://doi.org/10.1080/25729861.2020.1767492>

Dutta, M. J., & Pal, M. (2020). Theorizing from the global south. *Communication Theory*, 30(4), 349-369.

Entradas, M., Conejero, J. A., Bauer, M. W., O'Muircheartaigh, C., Marcinkowski, F., Okamura, A., Pellegrini, G., et al. (2020). Public communication by research institutes compared across countries and sciences: Building capacity for engagement or competing for visibility? *PLOS ONE*, 15(11).

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235191>

Fort, M., Freitas, R., & Reis, D. (2023). Cenários de um campo em expansão: a comunicação organizacional a partir dos prêmios ABRAPCORP. *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*, 22(43), 119-131.

<https://doi.org/10.55738/alaic.v22i43.1020>

Fraga, M. & Durazo-Herrmann, J. (2019). The challenges of public service broadcasting: A study of the Empresa Brasil de Comunicação. *Journalism*, 22(10), 2457–2474. <https://doi.org/10.1177/1464884919871139>

Ganter, S. A., & Ortega, F. (2019). The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, 13, 68–91. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/8449>

Goyanes, M. (2020). Against dullness: on what it means to be interesting in communication research. *Information, communication & society*, 23(2), 198-215. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1495248>

Lemos, C., & Pinheiro, D. (2023). Comunicação pública da ciência e da saúde no pós-pandemia. *Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde*, 17(4), 751–756. <https://doi.org/10.29397/reciis.v17i4.4060>

Marques, A. C. S., & Hernández, E. B. R. (2023). O processo comunicacional de justificação recíproca em Jürgen Habermas e sua importância para a Comunicação Pública. *Vozes e Diálogo*, 22(2), 47-60. <https://doi.org/10.14210/vd.v22n2.p47-60>

Martino, L. M. S., & Marques, A. C. S. (2019). A teoria nas livrarias: o circuito de publicação e distribuição como problema epistemológico na Comunicação. *PAULUS*:

Revista de Comunicação da FAPCOM, 3(5), 103–115.

<https://doi.org/10.31657/rcp.v3i5.94>

Marx, J., Blanco, B., Amaral, A., Stieglitz, S. & Aquino, M. C. (2023). Combating misinformation with internet culture: the case of Brazilian public health organizations and their COVID-19 vaccination campaigns. *Internet Research*, 33(5), 1990-2012.

<https://doi.org/10.1108/INTR-07-2022-0573>

Massuchin, M. G., Quadros, C. I. de, Comel, N., Ioscote, F., Oliveira, P. A. de, & Kohls, C. (2023). A Comunicação Pública no campo da pesquisa em Comunicação: aspectos teóricos e empíricos da produção científica brasileira (2013-2022). *Contracampo*, 42(3). <https://doi.org/10.22409/contracampo.v42i3.59454>

Matos, H. H. G. de. (2006). Comunicação Política e Comunicação Pública. *Organicom*, 3(4), 58-73.

Miola, E. & Marques, F. P. J. (2017). Por uma definição de Comunicação Pública: Tipologias e experiências brasileiras. *VII Congresso da Compólitica*, Porto Alegre, Brasil.

Newman, M. E., & Girvan, M. (2004). Finding and evaluating community structure in networks. *Physical review E*, 69(2). <https://doi.org/10.1103/PhysRevE.69.026113>

OCTI. (jun. 2023). Boletim anual, v.3. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Oliveira, T. M. et al. (2020). Acabou o quadriênio, e agora?: alguns desafios em relação à avaliação de periódicos na área de Comunicação. *E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 23, 1-18.

<https://doi.org/10.30962/ec.2373>

Oliveira, T. M., Marques, F. P. J., Veloso Leão, A., de Albuquerque, A., Prado, J. L. A., Grohmann, R., ... & Guazina, L. S. (2021). Towards an inclusive agenda of open science for communication research: A Latin American approach. *Journal of Communication*, 71(5), 785-802. <https://doi.org/10.1093/joc/jqab025>

Paasi, A. (2005). Globalisation, academic capitalism, and the uneven geographies of international journal publishing spaces. *Environment and Planning A*, 37(5), 769-789.

Pinheiro, E. B. (2021). As ações do (des) governo Bolsonaro contra a Empresa Brasil de Comunicação. *Compolitica*, 11(2), 81-106.

<https://doi.org/10.21878/compolitica.2021.11.2.535>

Pinto, P. A., Brasileiro, F. S., Antunes, M. J. L., & Almeida, A. M. P. (2020). COVID-19 no Instagram: práticas de comunicação estratégica das autoridades de saúde durante a pandemia. *Comunicação Pública*, 15(29). <https://doi.org/10.4000/cp.11288>

Quadros, C. I., Ribeiro, R. R., Gradim, A., & Grupillo, A. (2023). A Comunicação da Ciência na Prática: Os Casos da Agência Escola UFPR (Brasil) e do LabCom UBI (Portugal). *Revista Observatório*, 9(1), a44pt. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2023v9n1a44pt>

Quadros, C.I., Borghi, J. M., Kohls, C. D. (2024) Pesquisadores Brasileiros e Portugueses em Revistas Internacionais: a Comunicação Pública da Ciência em Foco. Trabalha apresentado 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Univali.

Rothberg, D. (2020). O que não é comunicação pública? Percursos de afirmação de um campo científico. *Organicom*, 17(32), 260-263. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.17.165923>

Rothberg, D. (2024). (Re)conceituando a comunicação pública para enfrentar a desinformação. *Organicom*, 21(45), 35-47. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.224211>

Sampaio, R., & Lycarião, D. (2018). “Eu quero acreditar!”: da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na análise de conteúdo. *Revista de Sociologia Política*, 26(66), 31-47. <https://doi.org/10.1590/1678-987318266602>

Sampaio, R. C., Sanchez, C. S., Jonas, D., & Cristina, B. (2022). Muita Bardin, pouca qualidade: uma avaliação sobre as análises de conteúdo qualitativas no Brasil. *Revista*

Pesquisa Qualitativa, 10(25), 464-494.

<https://doi.org/10.33361/rpq.2022.v.10.n.25.547>

Schatto-Eckrodt, T., & Quandt, T. (2023). Two Decades of Journalism Studies: Authorship, Networks and Diversity. *Digital Journalism*, 1(23).

<https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2142630>

Sena, P. R. de C., & Leal, P. P. C. (2021). A (des)caracterização da comunicação pública: a EBC de Temer a Bolsonaro. *ANIMUS – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 20(44), 1-18.

Sousa Santos, B. (2003). Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In B. Sousa Santos, B. (Org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente* (pp. 237-280). São Paulo: Editora Cortez.

Tavares, C., Goulart Massuchin, M., & Lima de Sousa, L. (2021). To whom do we call upon when we talk about gender and Communication? Aspects of coloniality and decoloniality from the bibliography used in research on the field. *Comunicação Mídia E Consumo*, 18(51), 59. <https://doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2534>

Waisbord, S., & Mellado, C. (2014). De-westernizing communication studies: A reassessment. *Communication Theory*, 24(4), 361-372.

<https://doi.org/10.1111/comt.12044>

Weber, M. H. (2021). A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. In R. Sampaio, R. Sarmento, & V. Chagas (orgs.). *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*. Paraná: Carvalho Comunicação.

Weber, M.H. (2017). Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In M.H. Weber & C. Locatelli (Org.), *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas* (pp. 23-56). Florianópolis: Insular.

Weber, M. H., & Locatelli, C. (2022). Realidade e limites da pesquisa empírica em comunicação pública. *Matrizes*, 16(1), 141-159. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p141-159>

Zupic, I., & Čater, T. (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429–472.